



USP ESALQ – DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Estado de S. Paulo

Data: 03/01/2016

Caderno/Link: MetrÓpole – A11

Assunto: Casos de estupro na USP

MetrÓpole



Comportamento
Curso para pilotar drone vira moda e custa até R\$ 7 mil. Pág. A13

Violência. Relatório de Rede de Proteção às Vítimas, formada por alunos, professores e ativistas, que acusa universidades de omissão, é entregue à Assembleia Legislativa de SP; USP diz que foi a instituição que mais tomou medidas para combater violações

De 10 estupro levado a CPI, 3 viram sindicância e só 1 aluno da USP é punido

Alexandre Hisayasu
Luiz Fernando Toledo

Apenas três dos dez casos de estupro denunciado na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trote, instalada na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para apurar abusos em instituições de ensino, resultaram em sindicâncias. Relatório da Rede de Proteção às Vítimas de Violência nas Universidades, formada por estudantes, professores e ativistas de direitos humanos, obtido pelo Estado, mostra que somente um aluno, acusado de abusar sexualmente de duas colegas, foi punido com suspensão. Seis casos são da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

O documento aponta também que equipamentos criados pela principal universidade do País, como o Centro de Direitos Humanos, não surtiram o efeito esperado e teriam servido para "proteger a imagem da instituição". A USP, porém, afirma que foi a instituição que mais tomou providências entre as citadas na CPI, entre elas a instalação de uma ouvidoria e a convocação de fóruns de debate sobre violência, álcool e intolerância.

O texto assinado por estudan-



Apuração. Comissão na Assembleia foi instalada no fim de 2014 após duas estudantes da FMUSP terem denunciado estupro cometido por colegas

Continuação na próxima página.



tes da FMUSP, de onde partiram as primeiras denúncias, e de outras instituições paulistas foi entregue à Alesp. Agora, há a expectativa de convocação de audiências públicas neste ano.

A CPI do Trote foi instalada em dezembro de 2014, depois de duas estudantes da FMUSP denunciarem, em audiências públicas, terem sido estupradas por colegas em festas. Além de estupro, houve relatos de homofobia, machismo, racismo e violência nos trotes. Os trabalhos foram encerrados em março e um dos principais resultados foi a aprovação de uma lei, à espera da sanção do governador Geraldo Alckmin (PSDB), que impede o trote, com a previsão de expulsão de alunos e exoneração de funcionários envolvidos.

O ex-deputado Adriano Digo (PT), que presidiu a CPI, afirma que crimes continuam acontecendo nas universidades. Ele lembra o caso do médico Orlando Saraiva Filho Leão, de 39 anos, que morreu em uma festa ilegal na Cidade Universitária, no Butantã, zona oeste, na madrugada do dia 4 de dezembro. Leão era ex-aluno da FMUSP e foi espancado por pessoas que

QUATRO PERGUNTAS PARA...

Ana Cunha, membro do Coletivo Feminista Geni da FMUSP

1. O que mudou após a CPI?
Houve uma mudança de cultura, com certeza. Diversos comportamentos que eram normalizados hoje não são mais aceitáveis. Isso decorreu, no começo, de um pouco de medo das denúncias, mas hoje em dia acabou sendo uma transformação das pessoas de entender que essas coisas não são aceitáveis. Há ainda relatos de professores fazendo piadas descabidas, mas, agora, que existe a ouvidoria, os alunos se sentem mais à vontade para denunciar.

participavam do evento. "É preciso criar mecanismos para acabar com a impunidade", diz.

Para o professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) Antonio Almeida, que estuda trotes há 15 anos, uma das principais causas da impunidade é a falta de atitudes duras da própria instituição de

2. Estão acontecendo ainda casos de machismo, homofobia e racismo? Muitas pessoas encaram o clima na faculdade como de guerra. Aham que as pessoas não podem falar mais nada. Só ficaram evidenciados conflitos que sempre existiram, mas sempre foram silenciados. A diferença é que agora as vítimas estão reclamando.

3. Como avalia as providências tomadas pela Faculdade de Medicina? Poucas sindicâncias foram ab-

ensino. "A Esalq é um exemplo. Cerca de 15 sindicâncias foram abertas desde março e não chegaram a nenhuma conclusão", diz. A unidade foi procurada pela reportagem, mas não respondeu aos questionamentos.

Escândalo. A USP entrou no epicentro dos escândalos quan-

tas. Dois meninos do caso de 2013 se formaram, estão fazendo residência. A sindicância foi aberta, concluída e não aconteceu nada.

4. A criação do Centro de Direitos Humanos é possível? O problema é ter um espaço para receber denúncias que não são encaminhadas. Que menina vai denunciar estupro se não vai acontecer nada? Há ainda os encontros do fórum, que a maioria nem assiste. Acabou o fórum, acabou o assunto.

do uma aluna, hoje com 23 anos, denunciou ter sido abusada sexualmente por dois colegas do 4.º e 5.º anos em uma festa de estudantes da Medicina em 2013. Ela contou que eles teriam oferecido bebida e a levado para um carro, onde passaram a mão em sua partes íntimas, a beijaram e tiraram sua

calça. Uma sindicância foi instaurada e apontou ato "consensual". Após a CPI, o processo foi reaberto, desta vez concluindo que houve estupro. Os alunos foram só advertidos.

Em outro caso, depois da CPI, um aluno acusado de ter estuprado duas alunas, investigado pela polícia sob sigilo, foi suspenso pela FMUSP por seis meses e impedido de colar grau. Em setembro passado, a pedido da reitoria, a punição foi prorrogada por mais um ano.

Outro desdobramento da CPI foi a suspensão em setembro, a pedido do Ministério Público Estadual (MPE), do Show Medicina, evento realizado desde 1944. A festa foi denunciada por humilhação aos participantes com "forte assédio moral, sexual, além de violência física e noitadas com prostitutas", escreveram as promotoras Beatriz Fonseca e Silvia Chakian de Toledo Santos, responsáveis pelo inquérito civil. Elas sugeriram abertura de sindicância, pedido não acatado pela FMUSP.

Nova CPI. À USP se somaram denúncias de violência em eventos da Faculdade de Medicina

da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp), PUC de Sorocaba, Faculdade de Medicina da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Botucatu, Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp) e Faculdade de Medicina da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Diante dos casos, há o esforço para nacionalizar as investigações, na Câmara dos Deputados.

Em novembro, a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher fez audiência sobre violência sexual, quando a possibilidade foi levantada. Nalu Farias, militante da Marcha Mundial das Mulheres que depois na ocasião, diz que os casos de São Paulo não são isolados. "Uma CPI (nacional) pode ajudar a combater abusos que se tornaram uma prática institucional."



NA WEB
Leia outras notícias de educação

estadao.com.br/educacao

PONTOS-CHAVE

Abusos foram denunciados em audiências

• **Instauração**

A CPI do Trote foi instaurada na Assembleia paulista em dezembro de 2014, com objetivo de apurar denúncias de abusos contra estudantes das universidades.



• **Relatos**

Em fevereiro de 2015, durante audiências, alunos depuseram sobre casos de excessos praticados em trotes, que incluíam humilhações e ingestão de bebidas.



• **Violência**

Após 35 sessões e mais de cem depoimentos, a CPI foi encerrada em março com denúncias de abusos sexuais em sete instituições de ensino do Estado.

Universidade não informa número de investigações

Desde que a Universidade de São Paulo (USP) passou a ser o centro da Comissão Parlamentar de Inquérito do Trote, foram tomadas medidas como a reabertura de sindicâncias, a criação de equipamentos internos e até a promessa de um escritório para discutir a igualdade

de gênero. O número de sindicâncias para apurar denúncias, no entanto, não é divulgado pela universidade.

Uma das principais ações foi o fortalecimento do Núcleo de Direitos Humanos, presidido pelo jurista e ex-ministro da Justiça José Gregori. O reitor Mar-

co Antonio Zago enviou um comunicado às unidades para que todas as denúncias fossem encaminhadas ao núcleo.

Em nota, a instituição informou também a criação do escritório USP Mulheres, na capital. O equipamento ainda não iniciou as atividades, uma vez que a primeira diretora responsável desistiu do cargo. Em seu lugar, assumiu a socióloga Eva Altman Blay. A USP afirma que vai estabelecer uma linha de pesquisa interdisciplinar para este

tema no Núcleo de Estudos da Violência (NEV), no Centro de Estudos da Metrópole e no Instituto de Estudos Avançados.

Centro. Já o Centro de Direitos Humanos, equipamento criado pela Faculdade de Medicina e presidido pela procuradora de Justiça aposentada Vânia Balera, iniciou em janeiro do ano passado atividades de discussão. Ao todo, foram organizados três fóruns: álcool e substâncias psicoativas, violência

contra a mulher e intolerância. Participaram o Centro Acadêmico, Atlético, Coletivo Geni e Núcleo de Estudos em Gênero, Saúde e Sexualidade.

"Minha função é fomentar o diálogo entre os diversos grupos da faculdade", diz Vânia. Segundo ela, o centro deverá discutir "comportamento, vida e alimentação" neste ano. A procuradora reforça que não é função do centro analisar denúncias. "Nós não temos essa atribuição. Todas as sindicâncias

são encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos."

A USP não informa o número de sindicâncias abertas, mesmo após pedido por meio da Lei de Acesso à Informação. Gregori recusou pedido de entrevista.

